

CONTRADITÓRIO AO PROJETO DE RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO EXTERNA – IGEC

PONTO PRÉVIO

O processo de avaliação externa implementado pela IGEC é, reconhecidamente, de grande importância e utilidade no desenvolvimento e melhoria das escolas. Neste sentido, a análise efetuada pela equipa de avaliação externa, assim como as suas sugestões e propostas, são encaradas pela comunidade educativa do Agrupamento de Escolas Nº 2 de Abrantes como muito relevantes para o processo de auto-avaliação que temos vindo a implementar com vista à melhoria do serviço educativo que prestamos. Partilhamos claramente da visão do Conselho Nacional de Educação segundo a qual “a avaliação interna/auto-avaliação tem de assumir uma particular centralidade e a sua articulação com a avaliação externa torna-se essencial. Esta deve colaborar para promover e incentivar as dinâmicas das escolas no sentido de reforçar as suas capacidades de auto-avaliação, enquanto organização, e as aprendizagens de cada um dos grupos da comunidade educativa.”¹

Contudo, dado que não concordamos com todos os fundamentos apresentados para justificar as classificações atribuídas, designadamente no domínio “Prestação de Serviço Educativo”, e embora tenhamos a perceção da reduzida probabilidade de ver alteradas essas classificações², ouvidos os coordenadores de departamento, decidimos apresentar o presente contraditório. Fazemo-lo por uma questão de princípio e de respeito pelo nosso próprio trabalho e também porque é o único meio que temos à disposição para rebater alguns pontos com os quais discordamos. Consideramos que não poderíamos deixar de aproveitar esta oportunidade para fazer jus ao esforço e ao trabalho desenvolvido por este agrupamento para superar os pontos fracos anteriormente identificados (como, aliás, é reconhecido no próprio relatório) mas que, verdadeiramente, não se refletem nas classificações atribuídas. Fazemo-lo ainda porque, embora reconhecendo a sua legitimidade, consideramos incompleta a perspetiva que é apresentada dos processos que se têm desenvolvido neste agrupamento e que, muito humildemente, entendemos não estarem completamente vertidos no relatório.

¹ CNE, 2008, pp. 13-14.

² O que seria, aliás, inédito, dado que, de todas as escolas avaliadas em 2015-16 que apresentaram Contraditório (17 em todo o país, distribuídos por 4 a Norte, 2 no Centro e 11 a Sul), nenhuma viu a sua classificação inicial ser revista.

Partindo da síntese que o Grupo de Trabalho para a Avaliação Externa das Escolas fez no relatório final³ que apresentou em 2011 com as Propostas para um novo ciclo de avaliação externa de escolas, sobre o que se entende por *Escolas de Qualidade*: “... para as organizações internacionais de referência, escolas de qualidade são as que se preocupam com a promoção da equidade e da inclusão, a diminuição das taxas de abandono, a oferta das melhores oportunidades de aprendizagem e de percursos educativos flexíveis, a criação de parcerias e redes, a auto-avaliação sistemática e cíclica para ajudar à identificação de problemas e opções de mudança (UE); são as escolas que beneficiam de lideranças que diversificam as áreas de responsabilidade com vista ao apoio, avaliação e desenvolvimento da qualidade dos professores (identificada como o factor principal da qualidade das escolas) e promovem o desenvolvimento da gestão estratégica e da colaboração sistemática com outras escolas (OCDE); são as escolas cujos projetos educativos se baseiam nos valores da democracia, reforçam os temas da interculturalidade e se orientam para a defesa dos direitos humanos, o crescimento sustentado, a paz e a segurança (UNESCO),” resta-nos a convicção de que, não obstante isso não se refletir plenamente nos descritores da avaliação externa, face às evidências constantes do próprio relatório, nos enquadramos na grande maioria dos indicadores definidos por estas organizações internacionais de referência.

Assim, o Contraditório que apresentamos de seguida contém as evidências que, na nossa perspetiva, sustentam a discordância relativamente a algumas afirmações constantes no relatório da equipa de avaliação externa.

Começamos, no entanto, por retificar uma imprecisão: na página 1, onde se lê:

“A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, a Escola Básica e o Jardim de Infância de S. Miguel do Rio Torto e a Escola Básica de Chainça, também com educação pré-escolar”.

deve ler-se:

“A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, a Escola Básica e o Jardim de Infância de S. Miguel do Rio Torto, a Escola Básica de Chainça e a Escola Básica António Torrado, também com educação pré-escolar”.

³ Grupo de Trabalho para a Avaliação Externa das Escolas - Propostas para um novo ciclo de avaliação externa de escolas - Relatório Final, 2011, pp.18.

1 – DOS RESULTADOS

“A análise dos resultados académicos é realizada pelas diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, com base em relatórios produzidos pela secção de avaliação do conselho pedagógico.” (pág. 3 do Relatório da equipa de avaliação externa)

A análise dos resultados escolares não é feita apenas “com base em relatórios produzidos pela secção de avaliação do conselho pedagógico” como se pode comprovar pela metodologia de análise definida no artigo 49º do Regulamento Interno do Agrupamento (RIA), que se transcreve:

“1 - A análise dos resultados escolares deverá ser feita por níveis, sendo que, em cada nível, a competência é de um órgão específico, bem como o tipo de análise, com vista a permitir ultrapassar os problemas concretos das turmas/alunos identificados com problemas e ter um conhecimento global da situação do agrupamento. Assim:

a) 1.º nível – Nos conselhos de turma de avaliação do 1.º período, procede-se à análise da situação dos alunos com insucesso, no sentido de verificar se é uma situação pontual ou não, com vista à identificação clara das dificuldades de cada aluno e, consoante as situações, delinear estratégias no sentido de contribuir para baixar os níveis de insucesso dos alunos em causa;

b) No 1.º CEB, nos conselhos de docentes de avaliação, os professores titulares de turma devem apresentar, ao conselho de docentes, as estratégias de remediação que definiram. Nos casos de situações graves de insucesso ($\geq 40\%$ de níveis negativos) deverão ser definidas estratégias de remediação;

c) 2.º nível – No início do 2.º período, procede-se à análise dos resultados das turmas de cada ano em sede de área disciplinar e no 1.º CEB serão aprovadas as estratégias de remediação em sede de departamento. Nos casos de situações graves de insucesso, deverão ser definidas estratégias de remediação;

d) 3.º nível – No final do ano letivo, a secção de avaliação do conselho pedagógico analisa os valores do sucesso/insucesso do agrupamento na globalidade, tendo em conta os resultados internos e externos, as taxas de transição, retenção e abandono escolar, de forma comparativa com os resultados dos anos anteriores e os valores locais/regionais e nacionais. Após esta análise, apresenta sugestões para o ano seguinte.

2 - Tendo em conta que a educação pré-escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, a análise dos resultados deverá passar pelas seguintes fases:

2.1 - Avaliação de cada criança a partir da recolha de dados qualitativos relativos ao desenvolvimento

das crianças, tendo em conta as diferentes áreas de conteúdo das orientações curriculares/metasp de aprendizagem;

2.2 - Elaboração do registo de observação/avaliação de cada criança, por parte do/a educador/a de infância, a partir do plano curricular de departamento, que consiste num conjunto de competências organizadas por idades (3, 4, 5 anos) e por áreas de conteúdo/metasp. Cada educador/a poderá, se necessário, adaptar estas competências às especificidades de cada criança e do grupo;

2.3 - Análise do desempenho das turmas, no final de cada período, em reuniões de departamento e conselho de docentes, fazendo a apreciação global das aprendizagens, realçando o percurso, evolução e progressos das crianças.”

Para além da metodologia referida, são ainda analisados os resultados dos alunos nas provas nacionais e definidas estratégias com vista à melhoria dos resultados, em sede de área disciplinar/departamento.

“... Contudo, a oferta de cursos profissionais é limitada e não tem tido grande adesão da comunidade escolar.” (pág.5 do Relatório da equipa de avaliação externa)

A oferta de cursos profissionais resulta de um processo com diversas fases e intervenientes que condicionam a oferta final a disponibilizar aos alunos que ingressam no 10º ano de escolaridade. Assim, para além da atual limitação (imposta pela DGESTE) de apenas podermos oferecer dois cursos (em duas meias turmas), é necessário:

1ª fase – Identificar os cursos para os quais há condições de funcionamento (recursos humanos e materiais e entidades parceiras para a formação em contexto de trabalho);

2ª fase – Concertar a oferta ao nível das escolas do concelho;

3ª fase – Concertar a oferta ao nível das escolas da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT);

4ª fase – Obter a aprovação da oferta pela DGESTE;

5ª fase – Atingir um número mínimo de alunos inscritos que permita a autorização de funcionamento pela DGESTE.

Face ao exposto, afigura-se-nos injusto imputar unicamente ao agrupamento a responsabilidade pela limitada oferta de curso profissionais. Com efeito, se à concertação ao nível da CIMT correspondesse uma eficaz rede de transportes, e não existisse a limitação de dois cursos (em duas meias turmas), certamente que a realidade a este nível poderia ser diferente.

2 – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO, DA LIDERANÇA E DA GESTÃO

2.1. Planeamento e articulação

“...No entanto, este trabalho conjunto não incide, de forma intencional e generalizada, na gestão e articulação curriculares nem tem subjacente um planeamento em termos de aprendizagens sequenciais e integradas.” (pág.5 do Relatório da equipa de avaliação extena) e

“No presente ano letivo, os coordenadores de departamento curricular fizeram o levantamento dos conteúdos comuns, por ano de escolaridade, e identificaram o contributo de cada disciplina na sua abordagem, sendo a operacionalização da articulação de conteúdos programáticos entre disciplinas da responsabilidade dos conselhos de turma, tal como evidenciam os planos de turma analisados. Ainda assim, a articulação horizontal do currículo assume, nos diferentes níveis e ciclos de ensino e cursos, maior expressão ao nível dos projetos e visitas de estudo....” (pág. 6 do Relatório de avaliação externa)

A articulação curricular tem sido assumida como área a melhorar com vista à promoção do sucesso educativo, não contabilizável apenas nos resultados das provas nacionais centradas nos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas sujeitas a exame nacional. Desde cedo entendeu-se também que a articulação curricular deve ir muito além da realização de atividades interdisciplinares (visitas de estudo ou projetos); entendemos que deverá estar centrada numa articulação vertical e horizontal estruturada em conceitos, conteúdos e processos de trabalho. Para desenvolver este processo complexo, o diretor e os coordenadores de departamento curricular entenderam que era necessário prepará-lo com tempo e sob orientação (daí a necessidade de formação específica nesta área), no sentido de poderem ser eles próprios agentes junto dos outros docentes do agrupamento ao proporcionar espaços de reflexão orientada sobre uma eficaz articulação curricular. Assim, durante os meses de maio/junho/julho e setembro de 2015, o diretor e os coordenadores de departamento curricular frequentaram uma oficina de formação sobre “Estratégias de articulação curricular e ensino” promovida pela Universidade Católica do Porto, cuja formadora, Professora Doutora Maria do Céu Roldão, proporcionou apoio específico à elaboração de um plano de articulação curricular coerente, a implementar no agrupamento. Deste modo foi entendido que o processo deveria ser preparado com tempo e cuidado de acordo com uma metodologia de trabalho que permitisse envolver todos os docentes das diferentes áreas disciplinares e diferentes ciclos de escolaridade. Foi nosso entendimento que não podíamos querer fazer tudo ao mesmo tempo pelo que foram definidas

prioridades.

No que respeita à articulação vertical, no agrupamento estão a ser desenvolvidas de forma sistemática algumas estratégias, tal como é referido no próprio relatório de avaliação externa: p. 10 - *“Na distribuição do serviço docente, prevalecem critérios de continuidade das equipas pedagógicas e do cargo de diretor de turma, o que favorece o acompanhamento dos alunos”* e p. 5 - *“Na transição de níveis de educação e ensino, é transmitida informação pelos educadores aos professores do 1.º ano de escolaridade e pelos que lecionam o 4.º ano aos diretores de turma do 5.º, sobre as características de crianças e alunos, o que é facilitador da sua integração no ciclo seguinte. Para o mesmo objetivo contribuem as atividades que envolvem crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo”*. Tem ainda sido desenvolvido um conjunto de iniciativas que se tem concretizado de forma sistemática ao nível da articulação curricular entre ciclos, nomeadamente entre o 1º e 2º CEB. Deste modo tem sido feito um diagnóstico das dificuldades dos alunos do 5ºano, ao nível de conceitos e competências, as quais têm sido transmitidas pelos docentes do 1ºCEB e tidas em conta no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Ainda no que se refere à articulação vertical, no ano letivo 2014-2015 foi iniciado, como projeto piloto, o “Projeto 3A’s – Articulação, Articulação, Articulação”, tendo sido totalmente implementado e desenvolvido nos anos letivos de 2015-16 e 2016-17. Do respetivo relatório de avaliação cita-se o seguinte: *“Em reuniões de articulação realizadas no ano letivo 2014/2015, e após várias reflexões, constatou-se que não obstante a qualidade de preparação nas áreas da Matemática e da Linguagem e Abordagem à Escrita, as crianças que transitaram do jardim-de-infância apresentavam, na sua generalidade, um comportamento irrequieto em sala de aula, dificuldade em esperar pela sua vez, não conseguindo permanecer em silêncio e tendo dificuldade em terminar a tarefa no tempo previsto. No mesmo sentido, e num estudo exploratório efetuado pela Equipa de intervenção Precoce, que detetou, nas crianças que transitavam para o 1º CEB, características que se não adequam perfeitamente ainda aos ritmos de aprendizagem e disciplina impostos pelo sistema, a nível da ortofonia e consciência fonológica, do autodomínio/planificação de resposta, dos tempos de concentração ou “autonomia” afetiva, foi elaborado o projeto em que se pretende valorizar, nos nossos alunos com cinco/seis anos, os sinais precursores de alguma dificuldade de aprendizagem, intervindo atempadamente na fragilidade detetada, antes que a criança se sinta – e seja julgada – academicamente menos competente por ausência de medidas educativas agora aplicáveis exclusivamente a alunos ao abrigo do Decreto de Lei 3/2008. Esta situação, para além das normais reuniões de articulação entre educadores, professores do 1º CEB e professores do ensino especial levou à necessidade de se elaborar uma proposta de projeto que colmatasse as dificuldades sentidas”*. Este projeto veio a ser complementado, no final do ano letivo 15-16, com um levantamento

precoce das dificuldades de aprendizagem junto das crianças de 5 e 6 anos (pré-escolar e 1º ciclo de escolaridade) no âmbito de uma medida do PEM e do PEA, para o qual a CMA encontrou financiamento.

Pode, assim, concluir-se que estes projetos, para além de reforçarem e promoverem estratégias para uma transição de qualidade para o 1º CEB, preveem também que os docentes destes ciclos, e os técnicos de Terapia da Fala e de Psicologia envolvidos, trabalhem em parceria para uma melhor integração dos alunos.

Face ao exposto, consideramos que não é dada relevância ao processo empreendido no agrupamento para, de forma participada, se construir uma eficaz e coerente articulação curricular, com o que discordamos.

2.2. Práticas de ensino, monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens e gestão

“Na generalidade, predomina a realização de trabalhos/atividades individuais, sendo o papel das crianças e dos alunos essencialmente passivo, com pouco espaço para explorar as suas sugestões. Prevaecem métodos de ensino centrados no professor, com pouca articulação entre áreas curriculares e com estratégias de avaliação pouco diversificadas e focadas nos conteúdos.” (pág. 6 do Relatório de avaliação externa)

Não podemos concordar com esta afirmação do relatório pois:

- é prática comum a várias disciplinas a solicitação de trabalhos de pesquisa, dramatizações e apresentações orais (individuais ou em grupo) o que contribui para o desenvolvimento das capacidades de procurar e tratar informação, para a criatividade, para o espírito crítico e para a capacidade de comunicar, *soft skills* fundamentais na sociedade atual;
 - é prática comum nas disciplinas experimentais o recurso a trabalho prático/laboratorial/experimental que implica o envolvimento ativo dos alunos;
 - em todas as salas de atividades do Pré-escolar existe uma rotina diária flexível, bem estruturada e coerente, organizada de acordo com os interesses do grupo, onde são utilizadas metodologias diversificadas de modo a que as crianças sejam elas próprias atoras do seu próprio desenvolvimento.
- Acresce ainda que é possível verificar a implementação e valorização destas práticas de ensino, através da consulta dos “Critérios e instrumentos de avaliação dos alunos”, aprovados pelo conselho pedagógico.

Temos ainda a realçar a participação em diversas competições matemáticas, que no 1º ciclo assumem a designação “Campeões da Matemática” através das quais se pretende promover e

desenvolver nos alunos o gosto pela Matemática, fomentando a sua participação em jogos, desafios e outras atividades dessa área, ao longo de todo o ano letivo. As atividades são realizadas em contexto de sala de aula por todos os alunos da turma, de acordo com calendário definido em conselho de docentes (quinzenalmente no 1º CEB e mensalmente no pré-escolar), através de metodologias diferenciadas e de aprendizagem cooperada. Pretende-se ainda que, de uma forma voluntária, um grande número de alunos continue a aderir à participação no Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos, no campeonato de cálculo mental SuperTMatik e no concurso Pangea.

Apresentam-se na tabela seguinte, os números globais dos alunos participantes nas diferentes competições nacionais e internacionais, nos últimos anos letivos:

	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16
Campeonato nacional de Jogos Matemáticos	-----	144	160	350
Pangea	-----	-----	-----	28
Canguru Matemático	25	30	30	43
SuperTmatik	70	97	92	219
Olimpíadas da Matemática	21	49	35	44

“A informação relativa à caracterização individual e à avaliação diagnóstica, expressa nos projetos curriculares de grupo e nos planos de turma, contribui para algum conhecimento das especificidades de crianças e alunos. Todavia, esta recolha não é maximizada no sentido de ajustar a ação educativa às capacidades e ritmos de aprendizagem individuais. Da mesma forma, as planificações analisadas apresentam objetivos a atingir, conteúdos a analisar e atividades a desenvolver, mas não preveem a implementação de estratégias diferenciadas, tendo em conta as características específicas de crianças e alunos. São pouco evidentes as práticas de diferenciação pedagógica e de aprendizagem cooperativa, e não se verifica o recurso a metodologias inovadoras. O trabalho de projeto a nível curricular, mesmo em contextos mais propícios como é o caso da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, não é uma prática habitual.” (pág.6 do Relatório da equipa de avaliação externa)

Não partilhamos desta visão pois, tal como já foi referido anteriormente, ao nível do 1º ciclo, os docentes recorrem a práticas pedagógicas diferenciadas no sentido de ajustar a ação educativa às capacidades e ritmos de aprendizagem individuais. São exemplos destas práticas as constantes dos Projetos “3 A’s” e “Campeões da Matemática”.

Relativamente ao trabalho de projeto a nível curricular, também não concordamos com a afirmação de que “não é uma prática habitual”. Efetivamente, embora não seja desenvolvido pela totalidade

dos docentes, é-o pela maioria, como estratégia diferenciada para dar cumprimento ao currículo. Os alunos trabalham assim, de forma cooperada, alguns componentes do currículo: definem o que querem trabalhar, planificam, fazem investigação para encontrar a informação, compõem o trabalho final e depois apresentam aos colegas da turma e às outras turmas.

"Embora se verifiquem, globalmente, alguns constrangimentos no acesso a meios informáticos na sala de aula, nos casos em que tal não acontece os recursos tecnológicos não são utilizados para criar ambientes estimulantes e favoráveis à aprendizagem. Também a plataforma moodle não é rentabilizada por todos os docentes e disciplinas enquanto ferramenta educativa." (págs. 6 e 7 do Relatório da equipa de avaliação externa)

(...)

"No entanto, e apesar de alguns constrangimentos relativos aos equipamentos informáticos, em particular nos jardins de infância e escolas do 1ºCiclo, a sua utilização enquanto instrumentos de apoio ao ensino e às aprendizagens pode ser mais generalizada." (pág. 10 do Relatório da equipa de avaliação externa)

O edifício da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes foi alvo de um processo de requalificação pela Parque Escolar. O início da intervenção teve lugar no ano letivo de 2011- 12 e terminou em setembro de 2015. Ao longo destes quatro anos letivos, a esmagadora maioria dos alunos de 2º e 3ºCEB teve aulas em monoblocos sem qualquer equipamento informático. Os poucos projetores existentes (cinco) eram utilizados mediante requisição. Em 2013-14 foram concluídas as obras no Edifício E (num total de 10 salas e 6 laboratórios) destinado exclusivamente aos alunos do ensino secundário e às aulas de Ciências Naturais, Biologia e Geologia e Física e Química. Todas as salas deste edifício foram equipadas com projetores e alguns quadros interativos. No ano letivo de 2015-16, foi finalizado o Edifício A dando-se, assim, por concluída a intervenção da Parque Escolar. No entanto, este edifício não foi dotado de qualquer equipamento informático, tendo sido a sua instalação sucessivamente adiada. Das 46 salas que o constituem apenas 6 possuem computadores e projetores, sendo que algum deste material é obsoleto e não permite, por isso, uma utilização adequada.

Resumindo, a Escola Dr. Manuel Fernandes tem funcionado com grandes constrangimentos ao nível do equipamento informático disponível para a atividade letiva, situação que se mantém no presente ano letivo, em que para 54 turmas e cerca de 1180 alunos se dispõe de uma sala TIC (com seis computadores e um projetor) e de 21 salas equipadas com um computador e um projetor ou quadro interativo. São assim evidentes, e não atribuíveis aos docentes, os constrangimentos e a

impossibilidade de utilizar com mais frequência os meios informáticos na criação de “ambientes estimulantes e favoráveis à aprendizagem”.

No que toca aos jardins de infância e às escolas do 1º CEB é de realçar que existem igualmente dificuldades. Com efeito, se é um facto que muitas salas do 1º CEB estão já equipadas com quadros interativos, o mesmo não sucede nas salas dos Jardins de Infância, sendo também de realçar que os computadores existentes são obsoletos e o acesso à internet é, com frequência, lento e impossibilitador de qualquer trabalho com os alunos.

Em síntese, consideramos injusto imputar ao agrupamento a responsabilidade por ser pouco generalizada a utilização das TIC como instrumentos de apoio ao ensino e às aprendizagens.

“O acompanhamento da prática letiva ocorre em sede de departamento curricular, cingindo-se, quase sempre, ao balanço do cumprimento das planificações e à análise dos resultados escolares.” (pág. 7 do Relatório da equipa de avaliação externa) e

...” A apropriação efetiva e o entendimento concertado que estas [lideranças intermédias] fazem das áreas e dos conceitos que as enquadram, designadamente no que respeita à articulação curricular, ao trabalho colaborativo e à supervisão pedagógica, são aspetos a considerar, sob pena de poderem comprometer a consecução dos objetivos delineados e das metas a atingir e, conseqüentemente, a melhoria do sucesso escolar.” (pág.9 do Relatório da equipa de avaliação externa)

O acompanhamento da prática letiva ocorre não só em sede de departamento, mas também em sede das áreas disciplinares e ao nível das equipas de professores que lecionam o mesmo ano de escolaridade, tendo sido desenvolvidas rotinas de trabalho colaborativo para:

- elaboração das planificações em conjunto, por níveis/disciplinas;
- implementação do mesmo tipo e número de instrumentos para avaliar as aprendizagens dos alunos;
- elaboração de matrizes do professor para elaboração dos testes de avaliação com idêntico nível de dificuldade para as turmas do mesmo ano/disciplina;
- partilha de instrumentos de avaliação;
- aferição dos critérios específicos de correção dos testes assentes em critérios gerais de correção definidos pelas áreas disciplinares;
- aferição de instrumentos para aplicação dos critérios de avaliação, nomeadamente a utilização de descritores e instrumentos de registo para avaliação do domínio comportamental e uma folha

de cálculo para aplicação dos critérios de avaliação aprovados pelo CP para os diferentes domínios de avaliação;

- elaboração de materiais de apoio e preparação de atividades pedagógico-didáticas;
- promoção da entreajuda entre os docentes.

Para além do indicado acima, os membros de cada departamento participam ativamente nas respetivas reuniões e nas das diferentes áreas disciplinares as quais permitem:

- assegurar a coordenação de procedimentos e formas de atuação e analisar propostas apresentadas pelos docentes, de modo a promover a consecução dos objetivos/metastabelecidas para o Agrupamento;
- proceder à análise dos resultados escolares (avaliação interna) dando cumprimento aos diferentes níveis previstos no RIA como forma de promoverem práticas de autorregulação e de supervisão, permitindo desenvolver estratégias com vista à melhoria do sucesso dos alunos;
- refletir sobre os resultados dos exames nacionais (a partir dos dados do agrupamento, dos dados do InfoEscolas, ...) de forma a identificar problemas e a reorientar estratégias com vista à sua melhoria;
- analisar e refletir sobre o Relatório da Secção de Avaliação relativo aos Resultados Escolares;
- analisar e refletir sobre os dados resultantes da aplicação do Programa AVES (Provas de Conhecimentos, Clima de Escola, Estratégias de Aprendizagem, Valores e Atitudes);
- apresentar propostas diversas, contribuindo para a elaboração do Plano de Melhoria;
- participar no debate sobre o Plano de Melhoria ocorrido a convite do diretor, da presidente do Conselho Geral e do Observatório da Qualidade;
- apresentar alterações ao pré-projeto de Projeto Educativo do Agrupamento.

“... Releva-se a promoção da observação de atividades/aulas entre pares, embora aconteça apenas em regime de voluntariado Contudo, o facto de não se observarem práticas generalizadas de supervisão das atividades letivas, em contexto de sala de aula, compromete a monitorização da eficácia do processo de ensino e a melhoria generalizada dos resultados escolares. Subsiste, assim, um dos pontos fracos identificados numa das anteriores avaliações externas.” (pág. 7 do Relatório da equipa de avaliação externa)

É notório o trabalho de alargamento a um cada vez maior número de docentes envolvidos no processo de observação mútua de aulas, tal como se pode comprovar pelo teor da *ordem de serviço*

Nº 099/PD/16 - OBSERVAÇÃO MÚTUA DE AULAS cujo conteúdo se transcreve: “Na sequência da experiência realizada no passado ano letivo e contribuindo para o objetivo definido no Projeto Educativo Municipal (Eixo 1, Meta A 1.2), o Conselho Pedagógico decidiu, em reunião realizada no dia 12 de outubro de 2016, que no presente ano letivo e numa perspetiva de trabalho colaborativo, pelo menos 40% dos docentes de cada departamento procederá à observação mútua de duas aulas em dias diferentes. A cota de docentes envolvidos deverá ser alcançada através dos seguintes procedimentos: 1º Disponibilização voluntária, até ao dia 5 de dezembro de 2016, junto do respetivo Coordenador de Conselho de Docentes/Delegado de Área Disciplinar, que informará o Coordenador do Departamento em que está integrado; 2º Por sorteio, caso o número de docentes voluntários não seja suficiente, a realizar no dia 11 de janeiro de 2017 em reunião de coordenadores de departamento e de delegados de área disciplinar. No sorteio não serão incluídos os docentes que nos anos letivos anteriores (2014/15 e 2015/16) tenham desenvolvido esta atividade”.

“Contudo, não está generalizada a prática de transmissão de informação de retorno aos alunos sobre os seus desempenhos, enquanto estratégia reguladora dos processos de ensino e de aprendizagem. Prevalece a conceção da avaliação cujo principal propósito é a classificação e a certificação ou a seleção dos alunos. A assunção da avaliação formativa, enquanto processo que serve para ensinar e aprender melhor, apresenta-se como área a intensificar, o que está em consonância com uma das fragilidades identificadas no plano de ação de melhoria do Agrupamento. (...) É perceptível a tentativa, por parte das estruturas intermédias, de encetar algum trabalho de reflexão conjunta sobre as estratégias de ensino e aprendizagem, decorrente da identificação das áreas curriculares com piores resultados académicos. Porém, a monitorização do processo é diminuta, nomeadamente a forma como é operacionalizada a avaliação formativa. Face à incipiente recolha de informações não é clara a adequação e regulação dos processos de ensino e de aprendizagem.” (pág. 7 do Relatório da equipa de avaliação externa)

Não partilhamos desta visão apresentada pela equipa uma vez que, tal como consta no ponto 1 do Artigo 27.º Avaliação das Aprendizagens – do RIA (aprovado pelo Conselho Geral Transitório em 31.03.2014 e revisto em 22.07.2014), os professores procedem à realização de avaliação diagnóstica “... sempre que seja considerado oportuno, devendo fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.” Também os alunos têm a possibilidade de participar e regular a sua aprendizagem através do processo de autoavaliação, oral ou escrita,

conforme está definido na alínea b) do ponto 1 do Artigo 26.º do mesmo RIA. Acresce ainda salientar que, tal como consta nos Critérios de Avaliação aprovados pelo CP no início do presente ano letivo, os professores utilizam instrumentos de avaliação diversificados, nomeadamente em situação de sala de aula, privilegiando a discussão de trabalhos individuais/grupo ou o diálogo, recorrendo à técnica de pergunta-resposta, utilizando para o efeito grelhas de registo. Os procedimentos descritos visam naturalmente, levar o aluno a fazer uma análise sobre a sua aprendizagem e a tomar consciência das suas dificuldades ou lacunas para que possa rever e/ou modificar o seu processo de estudo. Por sua vez esta autorregulação também ajuda o professor a planear e/ou a re/definir estratégias.

“Têm sido implementadas medidas de promoção do sucesso escolar, como sejam tutorias, o projeto +Sucesso, apoio educativo, planos de acompanhamento pedagógico ou coadjuvação. Da mesma forma, os diretores de turma realizam um acompanhamento a alunos tendo em vista a melhoria dos seus desempenhos. No entanto, o desenvolvimento destas medidas nem sempre é monitorizado, o que prejudica o conhecimento do efetivo impacto de cada uma delas na qualidade das aprendizagens e dos resultados.” (pág. 8 do Relatório da equipa de avaliação externa)

Em relação às medidas de promoção do Sucesso Educativo importa referir que, desde o ano letivo 2014-2015, foi iniciado como projeto Piloto “O Projeto 3A’s – Articulação, Articulação, Articulação”, que, nos anos seguintes (de 2015 a 2017), foi totalmente implementado e desenvolvido.

No presente ano letivo, por decisão do Conselho Pedagógico, deu-se início ao desdobramento das línguas estrangeiras, num tempo letivo de 45 minutos, no 5º e no 7º ano de escolaridade.

No que diz respeito ao Projeto +Sucesso, este foi implementado pela primeira vez no 3º ciclo no passado ano letivo nas disciplinas de Português e Matemática em duas turmas de 7ºano. No presente ano letivo foi estendido a todo o 1º Ciclo e à totalidade das turmas de 7ºano. Foram nomeadas duas coordenadoras do Projeto nas duas disciplinas em que está a ser implementado. Para além do trabalho colaborativo existente entre todas as docentes envolvidas na gestão dos programas, na realização das diversas modalidades de avaliação, na análise dos respetivos resultados e na tomada de decisões em relação à formação dos grupos de alunos de homogeneidade relativa, têm lugar reuniões com todos os docentes e as coordenadoras de cada uma das disciplinas assim como reuniões entre os diretores de turma das turmas envolvidas, o diretor, as coordenadoras do projeto e as coordenadoras dos departamentos de CEE e Línguas. Todas estas reuniões têm como objetivo a monitorização do processo, a identificação de possíveis fragilidades e de formas de resolução das

mesmas. O Conselho Pedagógico tem sido envolvido no processo pois, no final de cada ano letivo, é apresentado um relatório que é discutido e leva à tomada de decisões.

No que diz respeito aos apoios educativos há um trabalho conjunto entre os docentes que lecionam os mesmos e os titulares de turma no sentido de serem identificadas as dificuldades apresentadas pelos alunos e definidas as estratégias a utilizar para a sua colmatação.

Os planos de acompanhamento pedagógico são avaliados nas reuniões intercalares dos C.T. e nas reuniões de avaliação de cada período, sendo dado conhecimento ao encarregado de educação das medidas a implementar no âmbito do mesmo. As medidas propostas para cada aluno assim como a manutenção ou a suspensão do Plano são decididas no âmbito do Conselho de Turma e Conselho de Docentes.

Do exposto não nos parece adequada a afirmação " (...) *o desenvolvimento destas medidas nem sempre é monitorizado*". (pág. 8 do Relatório da equipa de avaliação externa)

..."as taxas globais de sucesso dos alunos que beneficiaram destas medidas, nomeadamente apoio educativo (85,4%, 87,2%, 83,2%) e planos de acompanhamento pedagógico (91,2%, 87,2%, 91,3%) não evoluíram de forma consistente, o que significa que poderá haver melhoria no trabalho a realizar com estes alunos." (pág. 8 do Relatório da equipa de avaliação externa)

Face aos dados apresentados, e considerando que as taxas de sucesso se situam no nível do Bom e do MBom, não nos parece que estas medidas possam ser consideradas "inefizes" embora, naturalmente, atingir taxas de sucesso superiores seja o objetivo que nos propomos alcançar.

"O plano de formação ... Contudo, não é habitual a realização de ações dinamizadas internamente, rentabilizando as áreas de especialização dos trabalhadores docentes e não docentes, como forma de promover o desenvolvimento profissional e a melhoria das práticas". (pág. 10 do Relatório da equipa de avaliação externa)

Tal como é referido no relatório "o plano de formação é elaborado a partir da identificação das necessidades, sendo desenvolvido em articulação com o centro de formação local". Assim consideramos que não foram valorizadas as várias atividades de autoformação/sessões de formação interna inseridas nos vários planos de atividades ao longo dos últimos anos letivos, que têm

permitido a criação de momentos formais de partilha de conhecimentos entre os docentes (apesar dos grandes constrangimento de tempo), no âmbito dos diferentes departamentos. Estas sessões de formação interna têm tentado dar resposta a necessidades de formação dos docentes do agrupamento atendendo às dificuldades de resposta dadas pelo Centro de Formação A23. Por outro lado, por mais do que uma vez recorremos a parceiros do agrupamento que nos disponibilizaram formadores e momentos de formação não acreditada.

Damos, de seguida, alguns exemplos dessas atividades de formação:

Ano letivo 2011-12

- Utilização da grelha Excel
- Atividades de Autoformação: Área Disciplinar de Geografia
- Atividades de autoformação: Área Disciplinar de História
- Workshop - Literatura infantil na sala do Pré escolar
- Curso de formação – Organização e integração do trabalho digital na sala de aula
- Sessões de trabalho colaborativo – Criação do projeto de educação sexual de turma

Ano letivo 2012-13

- Atividades de autoformação: Área Disciplinar de História
- Atividades de Autoformação: Área Disciplinar de Geografia
- Ação de formação – Dilemas e desafios da avaliação das aprendizagens

Ano letivo 2013-14

- Atividades de Autoformação: Área Disciplinar de Geografia;
- Curso de formação – Sentir as palavras

Ano letivo 2014-15

- Sessão de formação interna: Área Disciplinar de Físico-química (sensores);
- Sessões de Formação Interna na Área da Geografia;
- Sessão de Formação Interna na Área das Ciências Sociais e Humanas- Construção de itens;
- Sessão de Formação Interna na área “UTILIZAÇÃO DA FOLHA DE CÁLCULO - EXCEL” aplicada à avaliação dos alunos;
- Ferramentas, técnicas e aplicações dos Quadros Interativos;
- Workshop - Birras infantis: Como vencê-las?

Ano letivo 2015-16

- Sessões de Formação Interna na Área da Geografia;
- Sessão de Formação Interna na área “Moodle: ferramenta para o trabalho docente”;
- Sessão de Formação Interna na área da Geologia
- Ação de sensibilização – Crescer feliz na diferença
- Ação de formação – Sempre @ ler.com
- Ação de sensibilização – Conversas com Inclusão
- Projeto Encosta – com o apoio de formadores da Fundação Calouste de Gulbenkian

Ano letivo 2016-17

- Micropedagogias - com o apoio de formadores da Fundação Calouste de Gulbenkian.

A finalizar, queremos que fique claro que do teor deste contraditório não se deve inferir qualquer desvalorização do trabalho desenvolvido pela equipa de avaliação externa, que reconhecemos complexo e difícil, principalmente pelo facto de lhe ser pedido que em

poucos dias avalie o trabalho desenvolvido neste agrupamento. Para nós, no entanto, ele constituiu mais uma peça importante na estratégia de construção de uma comunidade educativa autónoma, empenhada e participativa que, especialmente por resultar de mais um momento de profunda reflexão sobre as nossas práticas, neste caso partilhada com os coordenadores de departamento, reputamos fundamental nesse processo.

Abrantes, 24 de fevereiro de 2017

O Diretor,

Alcino José Brás Hermínio